

CE Nº 082 SO – SINPRO/DF

Brasília, 27 de Julho de 2023.

À Senhora

Coordenadora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Assunto: Questionamentos em relação à implementação da Lei 7.253 de 2023, no contracheque dos pensionistas.

O SINPRO – Sindicato dos Professores no Distrito Federal, apresenta alguns questionamentos a esta subsecretaria em relação à implementação da Lei 7.253 de 2023, no contracheque dos pensionistas.

Conforme texto legal, bastante breve, a legislação previu a aplicação do percentual de 6% de aumento aos servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a partir de Julho de 2023:

Art. 1º Fica concedido o reajuste sobre o vencimento básico dos servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, dividido em três parcelas anuais e sucessivas, a partir de 1º de julho de 2023, na forma cumulativa dos percentuais previstos no Anexo Único.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos aposentados e pensionistas.

Art. 2º Excetua-se do disposto nesta Lei os servidores ativos, aposentados e pensionistas da carreira da Polícia Penal do Distrito Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correm à conta das dotações orçamentárias do Distrito Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nas datas que menciona.

Anexo único

VIGÊNCIA	1º/07/23	1º/07/24	1º/07/25
REAJUSTE	6%	6%	6%

Ao analisar o contracheque dos servidores ativos e aposentados o SINPRO tem identificado o pagamento dos valores devidos, no entanto, pensionistas tem procurado a entidade sindical afirmando que não teriam recebido o devido reajuste previsto em Lei.

Para ilustrar o caso, apresentamos o contracheque do pensionista Mauro Marcio Santana da Costa, matrícula nº 0243131-9, que no mês de junho de 2023 recebia o valor de R\$ 8.871,27 a título de pensão vitalícia:

10/07/2023 17:17

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONTRACHEQUE
FOLHA NORMAL**

NOME DO SERVIDOR: MAURO MARCIO SANTANA COSTA
CARGO EFETIVO: PROFESSOR DE EDUC. BASICA
CARGO EM COMISSÃO/FUNÇÃO:
ENDEREÇO: CONJUNTO SHA CONJUNTO B CHACARA 19A TAGUATINGA NR 02, SETOR HABITACIONAL A, BRASILIA - DF
LOTÇÃO:
PENSIONISTAS
SITUAÇÃO:
PENSÃO

MATRÍCULA: 02431319
REF/PAGUÃO: 05-PQ4
CÓDIGO: 71995-156
LEI: 71995-156

REGIME JURÍDICO: ESTATUTÁRIO
DATA ADMISSÃO: 18/03/2019
MÊS/ANO PAGAMENTO: 06/2023

TIPO	CÓDIGO	QTDE	DISCRIMINAÇÃO	PARCELA	VALOR R\$
RENDIMENTOS	10209	10000	PENSAO VITALICIA EC 41/2003	998	8.971,27
	10942	100	INCORP.AUX.SAUDE - LEI 7109/22	998	200,00
DESCONTOS	40439		DIRRB-EMPRESTIMO I	035	974,61
	40920	1400	SEGURIDADE SOCIAL	998	913,54
	40950	2750	IMPOSTO DE RENDA	998	1.385,91
MARGEM CONSIGNÁVEL R\$ 1.774,11				DEPOSITO FGTS R\$ 0,00	BRUTO R\$ 9.171,27
				DESCONTOS R\$ 3.274,06	LÍQUIDO R\$ 5.897,21

... e não em substituir as informações contidas em Contracheques

No contracheque do mês de Julho de 2023, aquele onde deveria constar o aumento previsto na legislação, o pagamento da pensão permaneceu inalterado, com apenas o acréscimo de R\$ 12,00 na rubrica da incorporação do auxílio saúde, que corresponde a exatamente os 6% sobre o valor anterior de R\$ 200,00:

25/07/2023, 09:37

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO CONTRACHEQUE FOLHA NORMAL					
NOME DO SERVIDOR MAURO MARCIO SANTANA COSTA					MATRÍCULA 02431319
CARGO EFETIVO PROFESSOR DE EDUC. BASICA					DEF/PAGAMENTO 25-PO4
CARGO EM COMISSÃO/FUNÇÃO					GRUPO -
ENDEREÇO CONJUNTO SHA CONJUNTO 5 CHACARA 19A TAGUATINGA NR.02, SETOR HABITACIONAL A, BRASILIA - DF					CEP 71995-156
SITUAÇÃO PENSIONISTAS					REGIME JURIDICO ESTATUTARIO
CPF 086.938.251-00	BANCO 070	AGÊNCIA 10113	CONTA CORRENTE 000001141811	DATA ADMISSÃO 18/03/2019	MES/ANO PAGAMENTO 07/2023
TIPO	CÓDIGO	QTDE	DISCRIMINAÇÃO	PARCELA	VALOR R\$
RENDIMENTOS	10209	10000	PENSÃO VITALICIA EC 41/2003	998	8.971,27
	10942	100	INCORP.AUX.SAUDE - LEI 7109/22	998	212,00
DESCONTOS	40439	0	BRB-EMPRESTIMO I	034	974,61
	40920	1400	SEGURIDADE SOCIAL	998	915,22
	40950	2750	IMPOSTO DE RENDA	998	1.388,75
PARCELA CONSIGNÁVEL R\$ 1.777,11		DEPÓSITO FGTS R\$ 0,00		BRUTO R\$ 9.183,27	LÍQUIDO R\$ 5.904,89

Vale ressaltar que o referido pensionista tem direito a revisão de sua pensão nos mesmos percentuais e datas dos servidores ativos e aposentados, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 41:

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput o disposto no art. 7º desta Emenda Constitucional, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores.

Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Fazendo prova do enquadramento do pensionista na legislação acima mencionada a entidade sindical apresenta comando do diário oficial nº 180 de sexta-feira, 20 de setembro de 2019 que concedeu a pensão:

CONCEDER nos termos do artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, combinado com os artigos 29, inciso I, 30-A, inciso I, alínea "a", e inciso II, alínea "a", e 30-B da Lei Complementar nº 769, de 1º de julho de 2008, com redação dada pelo artigo 291 da Lei Complementar nº 840, de 26 de dezembro de 2011, combinado com o artigo 6-A, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70, de 30 de março de 2012, Pensão Vitalícia a **MAURO MARCIO SANTANA COSTA**, cônjuge, e Temporária a LUIS HENRIQUE NEVES COSTA, filho da aposentada JANY NEVES SANTANA, matrícula 47.430-4, no Cargo de Professor de Educação Básica, Etapa IV, Padrão 25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 18 de março de 2019. Processo 00080.00056876/2019-31.

Diante dos fatos narrados a entidade requer esclarecimentos, se a situação configura-se um fato isolado, referente apenas ao pensionista em questão, demandando correção individual por parte da SEE/DF ou se efetivamente todos os pensionistas deixaram de receber corretamente o reajuste previsto na Lei 7.253 de 2023.

Aguardamos esclarecimentos e solicitamos que prontamente sejam regularizados os pagamentos, inclusive com a quitação das diferenças do mês de julho no contracheque do mês de agosto.

Atenciosamente,



Luciana Custódio de Castro
Diretoria colegiada do Sinpro-DF
Fone: 61 99248-2314